



V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO SOLENE COMEMORATIVA DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
José Carlos Pinto Basto da Mota Torres
Cláudio José dos Santos Percheiro
Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos, tendo usado da palavra, além do Sr. Presidente da República (Mário Soares) e do Sr. Presidente da Assembleia da República, os Srs. Deputados Raul Castro (ID), Maria Santos (Os Verdes), Adriano Moreira (CDS), Natália Correia (PRD), José Manuel Mendes (PCP), Jorge Sampaio (PS) e Fernando Conceição (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Adérito Manuel Soares Campos.
Adriano Silva Pinto.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Alexandre Azevedo Monteiro.
Amândio dos Anjos Gomes.
Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.
António Abílio Costa.
António Augusto Ramos.
António de Carvalho Martins.
António Fernandes Ribeiro.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Caeiro da Mota Veiga.
António José de Carvalho.
António Manuel Lopes Tavares.
António Maria Oliveira de Matos.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Paulo Veloso M. Bento.
António Rolcira Marinho.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva André Moreira.
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
Armando Manuel Pedroso Militão.
Arménio dos Santos.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Belarmino Henriques Correia.
Carla Tato Diogo.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Sacramento Esmeraldo.
Casimiro Gomes Pereira.
Cecília Pita Catarino.
César da Costa Santos.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Domingos da Silva e Sousa.
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
Fernando Barata Rocha.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando José Alves Figueiredo.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco João Bernardino da Silva.
Francisco Mendes Costa.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Carlos Marta Soares.
Jaime Gomes Milhomens.
João Álvaro Poças Santos.
João Domingos F. de Abreu Salgado.
João Granja Rodrigues da Fonseca.

João José Pedreira de Matos.
João José da Silva Maças.
João Manuel Ascensão Belém.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Soares Pinto Montenegro.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José de Almeida Cesário.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José António Coito Pita.
José Assunção Marques.
José Augusto Ferreira de Campos.
José Augusto Santos Silva Marques.
José Francisco Amaral.
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
José Júlio Vieira Mesquita.
José Lapa Pessoa Paiva.
José Leite Machado.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Luís de Carvalho Lalandia Ribeiro.
José Manuel da Silva Torres.
José Mário Lemos Damião.
José Mendes Bota.
José de Vargas Bulcão.
Luís Amadeu Barradas Amaral.
Luís António Martins.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Filipe Meneses Lopes.
Luís Manuel Neves Rodrigues.
Luís da Silva Carvalho.
Manuel António de Sá Fernandes.
Manuel Coelho dos Santos.
Manuel Ferreira Martins.
Manuel João Vaz Freixo.
Manuel José Dias Soares Costa.
Manuel Maria Moreira.
Margarida Borges de Carvalho.
Maria Assunção Andrade Esteves.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.
Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Mateus Manuel Lopes de Brito.
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
Paulo Manuel Pacheco Silveira.
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Gomes da Silva.
Rui Manuel P. Chacrelle de Machete.
Valdemar Cardoso Alves.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Manuel Avelino.
Alberto Marques de Oliveira e Silva.

Alberto de Sousa Martins.
 António de Almeida Santos.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernandes Silva Braga.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel Carvalho Vitorino.
 António Manuel Oliveira Guterres.
 António Miguel Morais Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel G. Pereira Pinto.
 Edmundo Pedro.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Fernando Ribeiro Moniz.
 Francisco Fernando Osório Gomes.
 Francisco Igrejas Çaciro.
 Hélder Oliveira dos Santos Filipe.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Rosado Correia.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Lacão Costa.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
 Álvaro Manuel Balseiro Amaro.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo Brito.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Fernando Manuel Conceição Gomes.
 Jorge Abreu Lemos.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Lourcero Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Luísa Amorim.

Maria de Lurdes Dias Hespanhol.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 Isabel Maria Costa Ferreira Espada.
 José Silva Lopes.
 Natália de Oliveira Correia.
 Rui José dos Santos Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

Deu entrada na sala das sessões o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da República, o Sr. Presidente da Assembleia da República, o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os Secretários da Mesa, a comitiva do Presidente da República, o Sr. Secretário-Geral da Assembleia da República e o chefe do Protocolo do Estado.

No hemiciclo encontravam-se já os Ministros, o Procurador-Geral da República, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Militar, o Alto-Comissário contra a Corrupção, os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas, o presidente do Conselho Nacional do Plano, os Presidentes das Assembleias e dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, os conselheiros de Estado, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o comandante naval do Continente, o comandante do Comando Operacional da Força Aérea, os comandantes-gerais da Guarda Nacional Republicana, da Guarda Fiscal e da Polícia de Segurança Pública e o representante da Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses.

Encontravam-se ainda presentes nas tribunas e galerias os restantes membros do Governo e o corpo diplomático.

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente da República ocupou o lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, a banda da Guarda Nacional Republicana, colocada na Sala dos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: A viagem de Bartolomeu Dias, que estudos exigentes permitem hoje datar entre Agosto de 1487 e Dezembro de 1488, só foi possível porque, antes dela, 70 anos de viagens oceânicas permitiram uma elaborada acumulação de experiências e um saber porfiadamente enriquecido

pelo aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas de navegação.

A pequena frota de Bartolomeu Dias era constituída por três caravelas, o tipo de embarcação que os Portugueses criativamente adaptaram às necessidades da exploração do litoral atlântico.

A frota seguiu as rotas já percorridas até à serra Parda, limite das viagens anteriores de Diogo Cão. Mas, prosseguindo caminho daí para sul e estudando e descrevendo os agentes físicos à superfície do oceano, as zonas dos ventos, o curso das correntes, as calmas, os nevoeiros, as tempestades, os acidentes de costa, a fisionomia dos litorais, permitiu, por sua vez, criar novos roteiros que abriram ignorados caminhos aos que o seguiram e continuaram.

Ao marcar com notável precisão a latitude dos lugares por onde passava — os nossos pilotos cometiam erros inferiores a dois graus no cálculo de latitudes, tiradas mesmo em navios sobre o mar tempestuoso —, ao marcar a latitude, dizíamos, utilizavam uma técnica, criada pelos Portugueses, de navegação pelas estrelas (o Sol, a Estrela Polar, o Cruzeiro do Sul, após a passagem do Equador) com auxílio sobretudo do astrolábio, que aperfeiçoaram.

Quando Bartolomeu Dias e os seus companheiros, após treze dias de tempestade e sofrimento, rumando ao norte, encontraram a foz do rio das Vacas (Goritz River) e, seguindo para leste, passaram pela baía de São Brás (Mossel Bay) alcançando o chamado rio do Infante (Great Fisch River) sabiam seguramente que se encontravam já no oceano Índico e que tinham enfim aberto o caminho da almejada Índia. Presumivelmente, Bartolomeu Dias sonhou com a glória de aí chegar, mas nem a tripulação, nem os capitães, pilotos e mestres lho consentiram, temerosos de continuar a viagem, após tão grandes e longos padecimentos.

Do outro lado da África, na sua costa ocidental, desenvolver-se-ia a viagem de outro extraordinário explorador que foi Pêro da Covilhã, por mar, até Sofala (a famosa Terra do Ouro, somente a 16 graus da última paragem de Bartolomeu Dias!); essa outra viagem daria, depois, a D. João II a certeza de ficar para sempre ligado ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia, que sob o seu sucessor se veio a cumprir.

Assim, os Portugueses, descobrindo terras, mares e estrelas, puderam, como diz Cortesão, «traçar as novas estradas ao longo dos oceanos; fixar nos mapas o contorno dos mundos; e redigir dia a dia, viagem a viagem, naufrágio a naufrágio, o roteiro de todos os mares e em todos os rumos da rosa-dos-ventos abrindo caminho para a unificação da Humanidade»!

É sabido que em Portugal não se criou a ciência moderna, que no século XVII revolucionou o saber e o poder dos homens. Mas o «saber experimental», resultante dos Descobrimentos, e a consequente descrença da ciência livresca medieval aceleraram certamente a revolução científica do século XVI, que fora da Península evoluía autonomamente. Pode dizer-se, citando o malogrado investigador Joaquim Barradas de Carvalho, que «em meados do século XVI podemos surpreender em Portugal, ainda que tímida, aquela ruptura epistemológica que foi a de Galileu no século XVII e a que vem a permitir, logo depois, com Newton, a lei da inércia».

Mas, infelizmente, como sustenta António Sérgio, «o espírito de Quinhentos foi promessa que se não cumpriu».

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: O quadro institucional

em que a celebração de hoje se desenrola é o da democracia conquistada com o 25 de Abril e institucionalizada na Constituição da República. Não faltaram aqui, durante fascismo, reptos notórios que faziam da expansão portuguesa, dos seus descobrimentos e das suas conquistas um aproveitamento político-ideológico, colocando-a sob signo da Fé e do Império e, mais recentemente, procurando legitimar por ela a recusa da autonomia e da independência dos povos colonizados. Hoje é outra, felizmente, a natureza do relacionamento com esses povos. E é lícito colher na experiência histórica nacional — aqui simbolizada neste momento na aventura prodigiosa de Bartolomeu Dias e de seus companheiros — elementos e razões para nos prevalecermos de um relacionamento que assenta na laço especiais de cooperação e de amizade com os povos que falam a língua portuguesa e que entendem falá-la par fermento da unidade política e moral de populações em processo de construção nacional, democrática e independente.

Aos portugueses de há quatro séculos que, como diz Álvaro de Campos, deram nomes a cabos e ergueram padrões, mas que também venderam escravos e saquearam tranquilas povoações africanas, vieram a suceder, com devir histórico, os portugueses de uma nova geração identificados com um tempo novo, com o tempo nascido em 25 de Abril, em que Portugal está constitucionalmente vinculado a empenhar-se na abolição de todas as formas de colonialismo e de agressão, na defesa do direito dos povos autodeterminação e à independência, na condenação da *apartheid* e da ingerência nos assuntos internos dos outros Estados.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem palavra o Sr.^a Deputada Maria Santos.

A Sr.^a Deputada Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados Sr.^{as} e Srs. Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores: A história é a vida e é nessa fecunda experiência humana, autêntica e multifacetada, nos seus aspectos individuais e colectivos, que buscamos, lutando contra o esquecimento, a nossa memória.

Quinhentos anos passam sobre a data em que o Cabo das Tormentas se transformou em Boa Esperança, através da acção de Bartolomeu Dias. Acontecimento marcante na história da humanidade, cujas consequências inovadoras romperam as velhas concepções referentes à Terra e à relação do homem com a Natureza. Em 3 de Fevereiro de 1488 «viu-se a terra inteira de repente surgir redonda do azul profundo».

No caminho difícil da construção do conhecimento, de afirmação da razão humana, foi este um tempo de transição. Tempo em que se apura o espírito crítico, se observa, se descobre... Empreendimento que, levado a cabo pelos Portugueses, contribuiu decisivamente para a criação de novos quadros de pensamento: alargaram-se os limites do mundo, abriu-se o campo de experiências, aprofundaram-se as transformações que levaram à idade moderna.

«Os Portugueses ousaram comer o grande mar oceano entraram por ele sem nenhum risco, descobriram novas ilhas, nova terra, novos mares, novos povos e, o que mais é, novo céu e novas estrelas e perderam-lhe tanto o medo que nem a quentura da torrada zona nem o descompasso fric da externa parte do sul com o que os antigos escritores nos

ameaçavam lhes pode estorvar ... Tiraram-nos muitas ignorâncias e amostraram não ser a terra mais que o mar e haver aí antípodas que até os santos duvidaram [...]

É legítimo e justo que hoje se assinale o acontecimento, porque ele constitui parte significativa de um movimento histórico através do qual, no dizer do historiador António Borges Coelho, «Portugal abriu novos mercados ao ocidente europeu e fez do homem o senhor do seu planeta, mas que trouxe também novas cadeias aos povos reencontrados e ao próprio povo português, cadeias que só hoje e por vezes bem dolorosamente os povos vão despedaçando».

Bartolomeu Dias é um dos protagonistas colectivos da nossa história, porque a sua acção deixou marca, nos permite conhecer o percurso da Humanidade e reflecte a prática de muitas centenas de outros navegadores que se mantêm incógnitos.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras: Quando os povos viviam isolados, o Mundo resumia-se unicamente ao seu microcosmos, com os seus pensamentos e modos de vida. Portugal, situado entre o mar e a fronteira com a Espanha, teve no contacto com os povos dispersos por outros continentes o antídoto para o seu isolamento europeu. Durante muito tempo prevaleceram os complexos de inferioridade assentes num pseudonacionalismo ou em batalhas mal ganhas ou mal perdidas.

Mas, actualmente, o Mundo forma um todo em que cabem diferenças políticas sociais e culturais: os problemas de uns reflectem-se e afectam a Humanidade no seu conjunto. A história assume, assim, o seu papel aglutinador, globalizante, adquire a consciência da mudança, da transformação, e Portugal se expressa mais justamente, porque mais concreto e reflectido, e porque mais vivo, pretende, com o seu passado, ver o presente e perspectivar o seu futuro.

No entanto, o momento que atravessamos, pela sua originalidade e potencialidades únicas, coloca-nos perante um problema crucial de que não nos podemos alhear como cidadãos e sujeitos activos do processo histórico.

Aparecem-nos plenas de sentido as interrogações e soluções apontadas por D. António da Costa no findar do século passado: «Que fará a Nação? Conquistará novos territórios como D. Afonso Henriques? Intentará descobrir mundos novos como D. Manuel? E porque não possa nada disto, desaparecerá moralmente da Europa? Não!

Se não tem diante de si novos continentes e novos oceanos, tem a sua própria terra; dentro dela, como um tesouro, o campo das inteligências populares; e este campo fértil e imenso, mas por enquanto improdutivo, é que se lhe torna necessário arrotar.»

Essas preocupações, mais do que nunca, surgem-nos com especial acuidade, porque hoje — apesar da situação geográfica o situar no continente europeu — para a maior parte dos países que compõem a Europa do Mercado Comum, Portugal não passa de um povo inferior, subdesenvolvido, disposto aos maiores sacrifícios e sujeições, promovendo-lhes as suas indústrias poluentes, accitando os seus detritos, que terá de adoptar em ritmo acelerado aos seus estilos de vida e atitudes preponderantes.

Procura-se que o nosso país imite os países da Europa do Mercado Comum, como a melhor maneira de sermos verdadeiramente europeus. Mas hoje, precisamente em 1988, esses povos da Europa Ocidental e de outras regiões do mundo devem aceitar-nos como somos, até porque não podem obter êxito seguro se nos pretenderem impor os seus valores.

Nenhuma cultura está mais bem informada e equipada do que as outras. O respeito pelas diferenças, a manutenção da diversidade de modos de vida é que enriquece a condição humana. Exemplo vivo é o nosso passado de povo com oito séculos de história, assente na diversidade cultural das suas regiões.

O historiador Victor de Sá disse nesta Assembleia, quando exercia o seu mandato de deputado: «Uma vez desalienados do colonialismo, temos de promover um regresso consciente a nós próprios, às raízes mais profundas e mais remotas da nossa genuína nacionalidade.

[...] Encerrado um ciclo da nossa história, é tempo de voltarmos a nós próprios e de descobrirmos no nosso legítimo território as raízes determinantes e definidoras do nosso carácter colectivo, das nossas condicionantes históricas e geográficas, enfim, das nossas extravasantes potencialidades humanas.

[...] Os valores da cultura popular devem ser preservados como os mais genuínos elementos da nossa identidade nacional.»

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, continuemos nós hoje a viagem! Temos um país para descobrir. Somos um povo por conhecer inteiramente. Busquemos as nossas raízes. Aprendamos a respeitar e a revalorizar os nossos mais autênticos valores.

Termino com as palavras do Professor Piteira Santos: «Os homens passam e desaparecem» — fica o País, o povo, a concreta história. Mas pelos homens, com os homens, na acção dos homens, se faz a nossa história.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Convidados, Srs. Deputados: Começa a ser tempo de superar esta contradição, em que temos vivido, de uma parte das vozes que procuram dar forma a um civismo português para o século XXI, condenar a acção portuguesa na gesta das descobertas, conquista, evangelização, e colonização, e ao mesmo tempo venerar os que nessa acção se foram da morte libertando, para os inscrever num património nacional que nos magoa ver silenciado por historiadores estrangeiros, ou diminuído pelo nevocero espalhado pelos que, para valorizarem a sua intervenção de vizinhos no processo, consideram necessário que se ignore a grandeza alheia.

E, todavia, será difícil encontrar algo de mais simbólico para a história que se anunciava ao Mundo, nesse Dezembro de 1488, quando Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, do que essa figura e fala trovejante do Adamastor, um dos gigantes, filho da terra, que se revoltaram contra Zeus, se acreditarmos em Sidónio Apolinário.

Se utilizarmos, como parece apropriado, o método de António Vieira para a interpretação das profecias, a fala era o anúncio de uma nova explosão na formação do Mundo, que previa o caminho da unidade que hoje vivemos, da interdependência em que todos os povos estamos, do dever de solidariedade geral do rebanho humano, sem distinção de latitudes, etnias, crenças e culturas, que ainda não conseguimos e todos desejamos.

A distância entre o projecto então desencadeado e o sonho deste fim de século vive-se dramaticamente na mesma ponta de África com sofrimento dos que teimam em se discriminar, clamando com tragédias que a obra não está finda.

Mas tudo aquilo que hoje exprime os ideais mundializantes da dignidade do homem, da paz na terra, da justiça para todos os povos teve o anúncio naquele desafio, com o cortejo inevitável dos sofrimentos que São Francisco Xavier recordava e amargurava, ao morrer na ilha de Sanjaão, meio século depois.

Foi primeiro necessário viver, pagar tributo à condição de filhos da terra, acreditar, como proclamava Camões, que finalmente daríamos ao Mundo leis melhores, para manter o ânimo de fazer a caminhada de erros e acertos que nos permitiram construir os ideais que animam hoje os povos da terra, e que se perfilam como a nova esperança concreta do século XXI.

Haverá alguma das tentativas, chamadas no nosso tempo revolucionárias e generosas, que depois vivemos, que não tenha sido acompanhada de um cortejo de sofrimentos, injustiças, erros e calamidades? Disse o modesto e ilustre Einstein que «em momentos de crise só a imaginação é mais importante que o conhecimento», mas poucas vezes a imaginação antecipou o preço negativo dos grandes projectos.

Depois de tantos novos velhos do Restelo pregarem que o melhor era a outra coisa, o importante Federico Mayor Zaragoza descreve-nos assim a situação, tal como se apresenta, depois da nova era mundializante, ecuménica, descolonizadora, e moderna: 570 milhões de pessoas subalimentadas; 800 milhões de analfabetos adultos; 250 milhões de crianças sem escolarização; 1500 milhões de pessoas sem serviços sanitários adequados; 1300 milhões de pessoas com renda inferior a 90 dólares anuais; 1300 milhões de pessoas com residência imprópria; um milhão de meninos mortos anualmente entre os 0 e os 4 anos de idade, 150 000 entre 5 e 9 anos, 66 000 entre 10 e 14 anos; em muitos países a taxa de mortalidade ultrapassa 100/1000 de nados-vivos; as deficiências nutritivas são dramáticas; e sabemos que cinco de cada seis destas mortes de crianças são tecnicamente evitáveis.

Porém, depois do pavor de duas guerras mundiais, não conseguimos implantar a cultura da paz, um projecto que muitas vezes vive escondido ou perseguido como uma contracultura.

Aquilo que não conseguimos evitar tendo ao nosso dispor a explosão científica e técnica, e a explosão da informação, devia fazer crescer o nosso respeito — não apenas pelos sofrimentos e erros do passado, mas sobretudo por aquilo que de positivo, entre sangue, suor e lágrimas, e uma permanente esperança, pôde ser construído, com a nossa participação activa, para o património comum da Humanidade, e considerar histórico e profético esse dia em que Bartolomeu Dias dobrou o cabo e desafiou o gigante.

Mas aquilo que julgo de evidenciar, no que tem de exemplar a vida de Bartolomeu Dias, foi que por três vezes partiu na rota da Índia, a caminho do sonho. Na primeira vez, comandante de três caravelas, atingiu as latitudes austrais mais altas, assentando três padrões cujos fragmentos tive a honra de guardar na Sociedade de Geografia de Lisboa; em 1497, acompanhou Vasco da Gama, no comando de uma caravela, até às águas de Cabo Verde, mas não seguiu para a Índia, mandaram-no para a Mina; finalmente, em 1500, incorporado na armada de Pedro Álvares Cabral, morreu no mar justamente nas águas do Cabo da Boa Esperança, sempre a caminho do sonho que nunca alcançou.

Mas foi por isso mesmo que um dia me atrevi a dedicar-lhe um livro modesto, com a nota de que era o exemplo do capitão, porque nunca desistiu e morreu tentando, a caminho daquele ponto Omega que nos atrai hoje e que nos obriga a continuar a luta para que os êxitos possam fazer

esquecer as amarguras em que ainda estamos envolvidos, porque finalmente conseguimos dar ao Mundo as leis melhores de que falava o poeta e que parece que aumentavam em esplendor e força, como projecto humanista, no dia em que se perdia no mar, salgado com as lágrimas de tantos portugueses, o firme capitão da esperança ao qual prestamos hoje a homenagem que é mais do que nacional, é da Humanidade.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Natália Correia.

A Sr.^a Natália Correia (PRD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Se na era de Quinhentos, as nossas navegações nos alçaram à vanguarda da evolução da marinharia; se com os Descobrimentos propiciámos o naturalismo renascentista e abrimos caminho a um humanismo deslumbrado pelas novas aquisições que refundiu uma visão limitada do universo e do homem; se o prodígio de desvendar a imensidão oceânica resultou da soma da secular experiência e arte náutica dos Portugueses no Atlântico; se a mentalidade dos nossos navegadores, no limiar de Quinhentos é já avisada por esse senso crítico de onde saem a dúvida filosófica, o empirismo e o experimentalismo dos modernos; se este despertar de uma racionalidade científica repele as «abusões e fábulas dos sábios antigos» como proclama Duarte Pacheco no seu célebre *Esmeraldo de Situ Orbis*, não enjitemos a parte que ao imaginário da nossa índole poética cedeu o pensamento geográfico dos mentores dos Descobrimentos. E oportuno é recordá-lo na efeméride que ora se celebra. Pois que, chegadas que foram do Reino de Benim notícias sobre o poderoso Ogané, que os cosmógrafos de D. João II identificaram com o Preste João das fabulosas Índias africanas, a fantasia, a ciência e a audácia aparelharam ânimos e caravelas para descobrir o opulento e vasto império cristão senhoreado pelo rei-sacerdote que no velho mito geográfico da cristandade ocidental tinha o nome de Preste João. E, seguindo Bartolomeu Dias como comandante da frota que perseguia a ousada empresa, ao dobrar o tormentoso cabo que viria a chamar-se da Boa Esperança, ofertou o navegador ao memorial dos eventos que mudaram a face do mundo, a glória de ser ele o verdadeiro desbravador do caminho marítimo para a Índia.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Idos que são os anéis da amplitude territorial com que o Império nos dotou, ficaram os dedos do espírito com que moldámos a cultura adquirida na universalidade das nossas andanças pelo planeta e no trato com outros usos e saberes. É a salvaguarda desta cultura que, se legitima o acto de festejarmos um feito que tanto engrandece o nosso rasgo descobridor, impõe que, na mesma hora em que o celebramos, se exija o maior respeito por essa cultura às comemorações que consagram os Descobrimentos. Teremos, contudo, de lastimar que a comissão responsável por essas comemorações até ao ano 2000 tenha falhado em revesti-las da dignidade desejável numa iniciativa que dessa exigível dignificação nos deu notícias desanimadoras. E esta é a altura de o fazer. Esta é a altura de reitearmos a escandalizada estupefacção com que na Gulbenkian se viu recentemente a exposição empreendida pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses apenas, e só, legendada em língua inglesa.

Que vinha a exposição de Miami, de onde trouxera a legendagem em língua inglesa e, seguindo para a África do Sul, entre outros países onde os emigrantes falam inglês, dispensáveis se tornava as legendas na língua pátria, tais foram, ao que se leu na imprensa, as explicações apresentadas pela irresponsabilidade a que se deve tão lastimável assomo de degenerescência cultural. Quer dizer: uma exposição cujo cunho é o de realçar os valores da história nacional, é legendada em língua estrangeira em território nacional. E, ao omitir-se o português no curso itinerante da exposição, não só se nega aos emigrantes portugueses, nos países onde deles há forte densidade, o ensejo de se orgulharem da sua língua como amesquilhadamente se assume o apagamento cultural de não apresentarmos no estrangeiro a nossa língua naturalmente acompanhada de legendas que a traduzam para as línguas dos países a percorrer.

Como é que se concebe que com tal deslustrante escamoteação da nossa língua, que é lustre do brio nacional, se tenha exibido na América do Norte, como é de reccar que se faça na África do Sul, em Estrasburgo, na Inglaterra, na Rússia, no Japão, etc., uma exposição que se apresenta como meio informativo e marco do início das comemorações do 5.º centenário da gesta marítima com que alterámos a configuração do Mundo?

Reportando-me aos objectivos gerais, expostos no programa para 1988 pela referida Comissão, ocorre perguntar se é em língua inglesa que se pretende evocar uma «época nacional de enorme relevância», «reforçar a identidade e unidade nacionais», «promover a imagem de Portugal pela divulgação da extensão e significado dos Descobrimentos e reunir em torno das comemorações todos os que herdaram a língua e a cultura portuguesas».

Deploravelmente a resposta chega-nos na iniciativa desnaturada de uma exposição para inglês ver.

Aplausos do PRD, do PS, do PCP, de Os Verdes, da ID e de alguns deputados do PSD.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: A desconsideração feita à língua portuguesa por uma comissão que julgaríamos missionada para reforçar os valores nacionais que na língua têm a sua verdadeira medalha resulta de uma programação dispersiva, desestruturada que diríamos feita sobre os joelhos. É esta a ideia que se colhe da leitura do programa das comemorações para 1988. Uma proposta difusa de manifestações pálidas, destituídas de criatividade e de responsabilidade metodológica. Efectivamente, se houvera a lógica de um programa global, as legendas em português já teriam sido exibidas na América do Norte, na Primeira Semana Portuguesa de Miami. Mas a inexistência de uma espinha dorsal a ligar as acções dispersivamente propostas deu lugar ao vexame que vitimou a Língua Portuguesa, como é de reccar que não deixará de causar outros prejuízos à dignidade de que devem revestir-se essas comemorações.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: Mandatada que é esta Assembleia para zelar pelos interesses nacionais, dos quais é preponderante a salvaguarda e o encarecimento da cultura portuguesa, é-nos lícito exigir nesta hora em que orgulhosamente evocamos um grande passo da odisseia de um povo que descerrou os mistérios dos continentes desconhecidos, é-nos indicado exigir que as comemorações dos Descobrimentos não sofram incúrias e incorrecções que apouquem o seu significado.

Não basta comemorar as memórias gloriosas no gesto despachadamente cumpridor de lhes honrar as efemérides. Importa, sim, que na exaltação comemorativa se coloque o que ainda nos cabe de direito cultural a merecermos esta herança. Mais uma vez recordaremos Camões. E recordo-o para lembrá-lo a pedir às Tágides um canto à altura dos portentos que queria exaltar em versos:

Dai-me uma fúria grande e sonora
E não de agresta avena ou frauta ruda,
Mas de tuba canora e belicosa,
Que o peito acende e a cor ao gesto muda,
Dai-me igual canto aos feitos da famosa
Gente vossa que a Marte tanto ajuda:
Que se espalhe e se cante no universo
Se tão sublime preço cabe em verso.

Se o canto de Camões pôde de forma inegalável alçar-se à altura das memórias gloriosas que sublimou, tudo o que se pede à dimensão de uma mera organização comemorativa dessas memórias, que em sê-lo subscreve a responsabilidade de dotar as comemorações de idoneidade cultural, é que não seja rouco ou rude o instrumento que até ao ano 2000 dará eco aos feitos com que alargámos os horizontes do planeta.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Mendes.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados Oficiais, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Muitos foram os que cometeram «o mar num lenho leve/por vias nunca usadas». Hoje os convocamos, vindos do rumor dos séculos, a este instante de sagração. Aqueles cujos nomes aprendemos e os que, finito o pó na vida, anónimos continuaram: obreiros uns e outros da memória da Pátria, no que ela exprime de mais vívido e lustroso. Dizemos: Bartolomeu Dias — sujeito central da sessão que promovemos —, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Diogo Cão, João da Nova, Fernão de Magalhães. E logo pensamos nos que corporizaram o sonho e a coragem: pescadores, homens dos portos, marinheiros, pilotos, calafates, cosmógrafos, físicos, bombeiros, artífices, mercadores. E nos que ligaram o destino, onde quer que a função o pedisse, ao empreendimento das navegações. Conhecemos de quanta pedra contratante se fez a estrada: fome, sede, doença, medo, solidão e morte. Também o erro e a pertinácia; o senso de aventura, a alegria e a tristeza; o deslumbramento ante as estrelas ignoradas, os fenómenos da natureza caprichosa:

As perigosas
Cousas do mar, que os homens não entendem,
Súbitas trovoadas temerosas,
Relâmpados que o ar em fogo acendem,
Negros chuveiros, noites tenebrosas,
Bramidos de trovões, que o mundo fendem.

Portugal movia-se, então, entre os países de proa de Quatrocentos. Os ardorosos itinerários dos nautas incluíam o fruto de diferentes viagens do conhecimento científico; com ele buscaram a incógnita lonjura e o sal da glória. As leis do saber, nos domínios da astrologia, da astronomia, da matemática, da física, da cartografia, tinham-se actualizado e desenvolvido, tornando possíveis, com uma previsibilidade assinalável, vultosas empresas através dos oceanos. Os riscos, porém, subsistiam: e eram borrasca, ventos contrários, imprevistas correntes de calafrio, escorbuto,

insucesso. São imensos — e sempre avocados por poetas e historiadores — os custos pessoais do tributo português à gesta da Humanidade no processo da sua permanente realização. Havia a confiança nas próprias forças, que tudo propulsiona e cumpre. Mesmo quando era iminente o abismo, duradoira a procela, ressoante de desalento a voz que anunciara a claridade. Algures, num lugar plácido ou revoltado, a terra firme, o ilhéu, a almejada orla de palmeiras. Antes, a suave maréação e a bruma, o fruir das horas e a tempestade. Era preciso vencer os flagelos quotidianos, a angústia e a renúncia; era preciso acreditar. Chegaria, por certo, o cabo procurado, no extremo de meses e meses errados, no termo do desconforto. Tormentoso lhe chamariam os que o alcançaram; da Boa Esperança o nomeou, com D. João II, o devir das eras. Ali se enlaçavam as águas, o Atlântico e o Índico, o Ocidente e o Oriente, se abriam as comportas do mundo moderno. E foi um povo de indomáveis, de uma pequena nação na ponta meridional da Europa, dado a porfias e rimas, lendas, labutas e saudades, a escrever nos mapas a novíssima rota que alterou a face do orbe, a proclamar:

Dobrado o assombro,
O mar é o mesmo: já ninguém o tema!

Passar «além da dor» foi, como desde cedo se afirmou, esplendoroso; um dos «acontecimentos maiores e mais importantes da história», na palavra de Adam Smith, o teórico da burguesia ascendente do último quartel de XVIII. Mas não foram, de forma alguma, irrelevantes as jornadas que antecederam e se seguiram ao grande momento; as que se traduziram por cometimentos que os anais registam, as que se saldaram por imediatos fracassos e até as obscuras digressões dos frágeis barcos de pescaria que, domados por gente assomada, andaram desvendando a costa de África. Os inventos e avanços técnicos permitiram o triunfo de notáveis projectos. Contudo, sem as condições subjectivas necessárias — a audácia, o prazer dos desafios, o rasgo individual dos navegadores, que nada devem aos astronautas da nossa época — eles não teriam sido efectivados. E uma outra vez acodem os sinais dessa vasta galeria, contida porventura no «cascalho dos feitos miúdos» de que falava João de Barros, que ajudou a erguer, de mil maneiras, os padrões que aqui celebramos.

As descobertas, ademais, ocorreram num período de renovo sócio-cultural e político. O capitalismo mercantil abalaria e derruía os alicerces da Média Idade feudal, revelava a sua pujança transfiguradora, alargava horizontes: no espaço e nas ideias. A breve trecho consumaria, por «um caminho de sangue e lodo, de sofrimento e humilhação», como lembra Karl Marx, uma profunda viragem no viver colectivo dos povos. As vias desenhadas pelos êxitos náuticos dos nossos marcantes serviram a febre de mercadejar, o ascenso burguês aos patamares do poderio económico e da organização do Estado; mas veicularam a avidez de pensamento crítico, contribuíram para a exaltação da experiência vivida, do método empírico, contra os dogmas medicáveis e as concepções redutoras da energia criativa. Os rumos rasgados, que fizeram caducos Ptolomeu e Fra Mauro, facilitaram, é certo, a pirataria, a pilhagem, os lances de corsários e, adiante, o comércio de escravos e o colonialismo; por eles se jogou a batota e negociaram especiarias, ouro e marfim, gatos de Argália, papagaios, algodão e peixe, goma-arábica, óleo de balcão; todavia, trouxeram no cume os lumes vivazes do Renascimento e do Humanismo — nas artes e nas ciências, na poesia e no espírito comum. Nos entrepostos se ouviram narrativas

fabulosas, pontilhadas de presságios, fantasia ou erotismo, se apreenderam costumes e religiões, uma corografia de sortilégios, exóticas mezinhas e gastronomias. Pelos continentes nos repartimos, dominando, miscigenando civilizações, sobrevivendo de expediente em expediente, na remota Ásia ou nas Américas, afeiçoando uma identidade temerária e contraditória, aberta ao futuro, nostálgica e empenhedora.

Deste nervo somos, desta perdulária matriz. Ontem e no presente. O nosso astrolábio aponta ainda a esperança e o realismo. Mas inumeráveis lições nos ensinaram que o reino do Preste João é, afinal, o chão donde partimos e que havemos de libertar de todo o desconcerto, prosperar com as sementes do 25 de Abril, da liberdade, da justiça e do progresso social. Sabemos, como os andarrilhos das vagas de outrora, que o homem se autoconstrói, nada existe que não guarde a marca do seu dedo insatisfeito. E por isso a nós cabe-nos prosseguir a obra dos intrépidos das caravelas, quaisquer que sejam as tormentas, os incidentes infaustos da hora que vai.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. e Sr.^{as} Convidados, Srs. e Sr.^{as} Deputados: O que aqui hoje comemoramos não deixa ninguém, nem nunca deixou, indiferente. Os descobrimentos portugueses foram sempre entendidos quer no seu tempo, quer depois ao longo dos séculos, como um momento de viragem na nossa história. Não há discurso sobre a natureza de Portugal, nem discurso sobre a sua decadência, que a eles não se refira. Discursos onde a política mais do que a história ditou interpretações, onde comemorar era impor mais do que reflectir, onde se procurava por exclusão, mais do que por conjugação da diversidade, construir uma identidade nacional, onde tantas vezes nos dividimos mais do que nos encontramos.

Hoje, felizmente, estão criadas as condições necessárias para que não se repita o que foi regra no passado. A democracia tem sedes próprias para exprimir a diversidade ideológica e programática. É por isso possível, com seriedade, aproveitar o longo período destas comemorações para olharmos colectivamente para o passado, para reflectir não apenas sobre o que se evoca, e também sobre o que antes e depois fomos, aceitando que é nessa diversidade que nos individualizamos como Nação.

Na história não há hiatos de sentido. Tudo o que houve fez parte de um leque de possíveis evoluções sobre as quais os homens e a sociedade agiram em cada momento, condicionando e permitindo o desenvolvimento de uma delas, e de tudo Portugal e os Portugueses são herdeiros. De tudo, e não apenas desta e daquela parte contra qualquer outra.

Para trás fica, por isso, o tempo em que se procuravam causas de decadência e delas se fizeram cruzadas contra o que se julgava ser ainda as expressões dessas causas. Para trás fica o tempo em que se construíram hagiografias de heróis para com elas projectar uma sombra opaca sobre outros personagens históricos. A Inquisição serviu de cruzada contra o congreganismo. Afonso Henriques, Nuno Álvares Pereira ou Vasco da Gama ocultavam Pombal, Mouzinho da Silveira ou Afonso Costa. A esquerda revia-se preferencialmente nuns. A direita noutros. Cada um tinha o seu Portugal de heróis e mitos e neles procurava encontrar uma legitimidade para o que politicamente defendiam.

Por outro lado, o fim do império colonial, a necessidade de estabelecimento de um modelo de relacionamento com os países que então conquistaram a sua independência e a adesão às comunidades europeias criaram a necessidade de uma redefinição da posição de Portugal no Mundo. Este confronto com novas alteridades é forçosamente também um discurso sobre a individualidade, a diferença, o eu histórico.

A aposta no futuro e a interrogação sobre o passado conjugam-se assim num mesmo momento, despertam, ambas, não só as atenções dos políticos e dos homens de cultura, mas de toda a população, que no seu quotidiano sente e se apercebe da profunda mudança histórica. Por isso, o Portugal que deve procurar os consensos sobre as grandes apostas de desenvolvimento deve também fazer as suas pazes com o passado, revisitando-o agora de forma aberta e dasapaixonada.

O simples facto de nos encontrarmos hoje e aqui é sinónimo de que se entendeu, e bem, que a comemoração dos 500 anos da expansão marítima deve transcender a sede puramente académica e ter uma dimensão nacional e internacional.

Não podemos nem nos compete fazer uma reflexão definitiva sobre a história; mas é, sem dúvida, uma oportunidade importante para incentivar a pesquisa sobre todo o nosso passado, tal como é uma oportunidade para reforçar, nos diversos níveis de ensino, a transmissão do conhecimento desse passado como factor de coesão nacional.

Não nos compete, também, procurar tirar um sentido imperativo do passado, que forme rigidamente uma identidade nacional. Mas é, sem dúvida, uma oportunidade importante para incentivar uma reflexão aberta e plural sobre a nossa individualidade, uma reflexão que não se quer que tenha conclusão, mas que se mantenha e transmita de geração em geração, porque é do somatório de perspectivas e não de uma síntese forçada, que tende a tornar-se totalitária, que se reforçará a consciência nacional.

Compete-nos, sim reflectir sobre o sentido nacional das comemorações das descobertas, criando através delas um incentivo vivo à reflexão sobre o passado e à mobilização da inteligência, da cultura e da língua portuguesas com vista ao desenvolvimento, usando os Descobrimentos, porque já há muito o são, como símbolo privilegiado de Portugal no Mundo.

Não é violentar o sentido da história evocar o nosso conhecimento científico e técnico de há meio milénio e, a par dele, e até em seu nome, incentivar a investigação científica e tecnológica. Não é violentar o sentido da história evocar a diáspora portuguesa no Mundo e, a par dela, e até em seu nome, fomentar a divulgação, a investigação e a produção cultural portuguesas, e a vitalidade da nossa língua.

Dispersos pelo mundo que trouxemos ao conhecimento da civilização europeia, deixámos nele vestígios palpáveis que, através de uma história que não nos compete julgar, permaneceram até hoje. Países com quem temos uma comunhão de história e língua oficial que não devemos deixar disputar e que aqui encontram mais um momento vital para aprofundarem os laços de relacionamento. Por isso, as iniciativas, se devem ser criativas e culturalmente agressivas, não podem neste domínio deixar de ser aferidas pelos vectores consensuais da nossa política externa.

Estas são também as comemorações da diversidade, da diferença, e por isso, reforçadamente, as que contribuam para integrar a variedade e a individualidade na aposta europeia, num diálogo que ajude a divulgar, em adição à ima-

gem de comunidade económica, a de comunidade de diversas culturas e línguas que são um património comum europeu.

Estas são as primeiras grandes comemorações nacionais levadas a cabo pelo regime democrático. Precisamente no momento em que ele se vai empenhar na procura de novos consensos que optimizem as condições para o nosso desenvolvimento.

O Portugal que houve conheceu grandes fracturas sociais. O Portugal que houve conheceu também grandes fracturas políticas. O Portugal que queremos construir é um Portugal de empenhamento democrático na criação de grandes consensos nacionais que reforcem a solidariedade, minorando as desigualdades que aprofundem a democracia, separando as águas entre os temas, as sedes próprias e os momentos, onde se procuram os consensos fundamentais e aqueles em que é normal, salutar, inevitável e indispensável que a diferença se traduza em diversidade de perspectivas e mesmo em conflitualidade democrática. Qualquer comemoração da história é a evocação da evolução cívica de um povo e por isso, uma vez mais, passado futuro devem pedagogicamente ser associados.

As descobertas são uma orientação conscientemente assumida entre as opções geo-estratégicas que se colocavam na época aos equilíbrios peninsulares. São um projecto e não uma aventura no sentido pobre do termo, tal como o desenvolvimento de Portugal no quadro de uma opção geo-estratégica europeia é hoje um projecto em que todos nos empenhamos, apesar, e muito além portanto, das diferentes concepções políticas concretas que nos separam.

Há meio milénio descobrimos no mar desconhecido novas fronteiras geográficas, conquistámos novos mercados, transportámos em ambos os sentidos bens materiais, mas também diferentes culturas, modos de vida e religiões. Seguros do conhecimento científico e técnico, dominámos oceanos, controlámos matérias-primas, mercadorias e povos, conquistámos poder e depois perdemo-lo como se perde mais cedo ou mais tarde todo o poder. Os investigadores explicarão no plano histórico as causas de ambas as coisas e as consequências de tudo.

No plano individual cada um de nós não deixará de olhar com emoção para o que foi a história desses homens que, com escassos meios, revelaram o desconhecido deste país que, com escassa população, se assenhoreou de tão dispersas áreas geográficas, deste povo que, de forma tão desigual, viveu a riqueza que ao oriente quimérico fomos buscar.

No plano nacional este é o momento de, sem preconceitos, mobilizar as competências necessárias, e elas existem, para que o plano das comemorações traduza o melhor produto dos nossos recursos humanos, e tenha por isso a dignidade e o rigor necessários à projecção de uma imagem de qualidade e competência que sirva para dinamizar a divulgação da nossa história e da nossa cultura, contribuindo para reforçar a posição de Portugal no mundo. Desse mundo a que rasgámos novas perspectivas, que contribuíram decisivamente para a hegemonia de uma cultura e de uma civilização humanistas, matriz de valores que ainda hoje reputamos fundamentais; desse mundo, e deste país, onde queremos que o homem represente mais do que o sistema, a tolerância mais do que o dogma, a solidariedade mais do que o individualismo, a sociedade mais do que o grupo, os princípios e valores mais do que o pragmatismo.

As vontades que devemos procurar mobilizar nestas comemorações não são, como então, as de alguns, perante o silêncio dos demais, mas as que permitam a livre realização de todos e estimulem o espírito de iniciativa de cada um.

O mundo que nasce das descobertas: o da civilização de que somos herdeiros, tem um reverso que tende a esquecer e a silenciar o homem na lógica do consumismo erigida como um valor em si.

Saiba-se, pois, comemorar o ponto de partida desse processo civilizacional, como o ponto de partida do novo contributo português para uma visão do homem, da sociedade e do mundo, onde nenhum silêncio pode ficar sem resposta em defesa da liberdade, dos direitos do Homem, do progresso, da justiça, da solidariedade e da paz.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Conceição.

O Sr. Fernando Conceição (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Foi há precisamente 500 anos que Bartolomeu Dias, dobrado o Cabo das Tormentas, vencidos os obstáculos de correntes e de ventos, lançou âncoras na Angra de São Brás. Vitória simultaneamente tecnológica e psicológica, que uniu finalmente o Atlântico e o Índico, e abriu o caminho para a Índia, para a imensa China, para o longínquo Japão.

Iniciava-se a expansão planetária dos povos europeus, com relevo especial para Portugal.

Todo o ciclo dos Descobrimentos portugueses contribuiu, decisivamente, para a alteração da carta do Mundo. Ilhas e continentes emergiam do desconhecido como nos diz Pessoa:

E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

(Fernando Pessoa, *Mensagem*)

E a Humanidade, até então dividida em mansões isoladas, passou a morar sob o mesmo tecto, no dizer do historiador inglês Toynbee. Proeza «dramática e revolucionária», que marcou definitivamente o homem moderno. Para aquele historiador, o encontro entre o mundo e o Ocidente por vezes agressivo foi o acontecimento mais importante da história moderna.

De facto, o europeu «pós-gâmico» é um homem novo que se move num mundo novo. Um novo espaço físico, geográfico. Mas também um extraordinário alargamento do campo de acção: novas terras a valorizar, destino de correntes migratórias, comercialização sem preocupação pelo «justo lucro», democratização de novos e velhos produtos, alteração de rotas comerciais, predomínio político dos países atlânticos, campo alargado de evangelização e de aculturação.

Novo também o sentido vivencial do espaço: o «grande mar oceano», que fora barreira, lenda e medo, torna-se espaço aberto, que permite a circulação de pessoas e de mercadorias e facilita encontros civilizacionais; a visão europeia ou, quando muito euro-mediterrânica, cede o lugar à percepção universal da Humanidade.

Neste mundo de «novas novidades», um misto de espanto e de euforia avassalou então os espíritos cultos, de que o humanista italiano Ângelo Policiano se faz eco:

Não só passaram as colunas de hércules, dominando o oceano temeroso, mas também estabeleceram a unidade do mundo habitável. Que novas possibilidades e vantagens económicas, que nova amplitude para a ciência, que confirmação de antigos conhecimentos até então desprezados, pouco dignos de fé, temos agora o direito de esperar?

E concluía:

Das trevas dos séculos surgem novos países, novos mares, novos mundos. Portugal é hoje o guardião, o detentor do mundo.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Podemos dizer que o feito de 1487-1488, continuando as expedições de Diogo Cão e alcançando, finalmente, os objectivos que este não lograra atingir, encerra o notável ciclo de navegações que, no decurso do século XV, se dirigiam para o sul, ao longo da costa africana.

Mas na fase final da viagem, Bartolomeu Dias afasta-se do percurso junto à costa e, forçado pelas condições de navegação no Atlântico sul, será o primeiro a ensaiar, se bem que em escala ainda reduzida, a volta pelo largo, que depois será a de Gama, a de Cabral e a da carreira das Índias.

Marinheiro, homem do Atlântico, Bartolomeu Dias navegara com Gama até à Mina, e, incorporado na armada de Cabral, será ainda no Atlântico que encontrará a morte.

Mas, por outro lado, Bartolomeu Dias prova a finitude de África, destrói a visão ptolomaica, patenteia a comunicabilidade entre o Atlântico e o Índico, prepara, assim, as grandes viagens subsequentes.

Os Descobrimentos portugueses, senhoras e senhores, não foram aventura ou fruto de acasos. Resultaram de inovações introduzidas no campo da ciência náutica e da construção naval. Os Portugueses souberam utilizar criativamente o saber tradicional e forjar uma verdadeira «sabedoria do mar», que lhes permitiu devassar, com êxito, o mar desconhecido.

Mas o quadro ficaria incompleto se não referíssemos a habilidade diplomática posta à prova no contencioso luso-castelhano e que envolveu mesmo a Santa Sé, enquanto criadora de um direito internacional. Dois momentos foram neste quadro jurídico fundamentais.

Pelo Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479-1480), Portugal e Castela põem fim ao diferendo pela disputa das zonas conhecidas, estabelecendo como linha divisória o paralelo das Canárias: anos depois, em 1494, o Tratado de Tordesilhas será o instrumento jurídico por que os países ibéricos cedem à tentação hegemónica de repartir o Mundo em duas zonas de influência.

Entre a perspectiva limitada de Alcáçovas e a ulterior divisão de Tordesilhas situaram-se as viagens de Colombo, mas também a de Bartolomeu Dias.

Entre o meridiano proposto pelo papa Alexandre VI e o que veio, finalmente, a ser aceite em Tordesilhas achava-se a rota em estudo no Atlântico sul e a terra que se adivinhava a ocidente.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Reflectindo sobre a expansão portuguesa, podemos determinar as linhas de força que estiveram na sua base e que constituem, ainda hoje, os vectores da nossa identidade.

Em primeiro lugar, Portugal não foi — nem é — um país vocacionado para o isolamento. País periférico, debruçado sobre o Atlântico, qual cais da Europa, conheceu sempre uma vocação marítima. Desde cedo o português se tornou um viajante, de fácil contacto com os outros povos, independentemente da sua língua, cultura, religião ou cor da pele. Eis porque podemos caminhar, durante séculos, para a assimilação e a miscigenação ou para a criação de verda-

deiras comunidades. País de «diáspora», a exigir ainda hoje do estado política adequada à defesa e protecção da identidade cultural.

Esta facilidade de comunicação faz de Portugal hoje o natural interlocutor nas relações entre a Europa e os países de expressão oficial portuguesa, entre o Norte e o Sul. Dir-se-ia caber a Portugal, mais uma vez, o papel de mediador entre civilizações.

Terminado o ciclo do Império, Portugal não se fechou. Pelo contrário, optou pela sua integração numa comunidade de países, defensores dos mesmos valores de liberdade e de justiça, portadores dos mesmos valores culturais. Acto que implica um esforço de valorização das nossas potencialidades. E mais uma vez, surge a imperiosa necessidade, do avanço da ciência e da tecnologia, da modernização da nossa economia e sobretudo uma reforma educativa, que dê aos estudantes, de todas as idades, a consciência, a vivência da nossa maneira de ser e de estar no mundo, que fortaleça o amor a tudo o que é português. Importa dar o relevo necessário ao ensino da história de Portugal, para que as lições de esforço dos nossos antepassados possa servir de rumo na construção de um Portugal mais próspero e feliz. É que a história não é apenas memória, a história é também projecto.

Esta dimensão planetária do povo português cria a obrigação, a responsabilidade de difundir a língua e a cultura portuguesas junto das comunidades espalhadas pelo mundo, sem esquecer, naturalmente, a sua defesa em todo o espaço nacional.

Em segundo lugar, temos de ter presente que o nosso ecumenismo não contraria a nossa dimensão atlântica. Neste sentido, há que valorizar as potencialidades oferecidas pela situação das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, aproveitar plenamente os recursos da zona marítima exclusiva, relançar as actividades ligadas ao mar. Mas também não devemos negligenciar o nosso empenhamento face a compromissos assumidos com outros países, no seio da OTAN.

Em terceiro lugar, a expansão foi obra de várias gerações, supõem a participação de grupos sociais diferenciados, de agentes individuais e do próprio Estado, em solidariedade, na prossecução de objectivos comuns. Sem dúvida que nela teve lugar a audácia individual, face a dificuldades resultantes dos elementos ou dos homens. Mas a expansão foi, sobretudo, uma acção concertada, produto de sistemático estudo, de um acumular de dados, de um imaginar de soluções, seguidamente postas à prova.

Hoje, o desafio tem o nome de desenvolvimento, garantia do acesso das pessoas, onde quer que vivam, aos equipamentos que lhes fornecem os bens e serviços, que lhes dêem oportunidades para a satisfação das necessidades básicas. Sem dúvida, o desenvolvimento é desenvolvimento económico, mas é mais do que isso. Por importante que seja o seu aspecto económico, há que não negligenciar os aspectos sócio-culturais. Também aqui a realização do processo de desenvolvimento, dada a escassez de recursos, implica uma perspectiva de longo prazo, a exigir o mesmo espírito de solidariedade e o empenho de todos e de cada um na concepção e efectivação do respectivo processo, o que logicamente implica dar prioridade aos encargos da valorização cultural e da formação profissional da nossa população activa, uma vez que o progresso e o desenvolvimento só pelo mental se atingem. E isto passa ainda, como outrora, pela realização de um verdadeiro projecto nacional estimulador.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Depu-

tados, Senhoras e Senhores: Só interessa perscrutar o passado para analisar o presente e construir o futuro. Deixai, pois, que termine com a mensagem do poeta da *Mensagem*:

E outra vez conquistemos a distância
— Do mar ou outra, mas que seja nossa.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente da República, Srs. Membros do Governo, mui Ilustres Autoridades e Convidados, Sras. e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: A procura de identidade, o enraizamento da história, a busca das características fundamentais de um povo é fenómeno comum nas sociedades modernas, particularmente nas nações mais recentes. Mas não só. Também nas mais antigas se sente essa mesma necessidade, passados que foram os tempos de um certo pendor despersonalizante, gerado por crises da evolução histórica e uma visão cultural errada, eivada de um pretenso humanismo universalizante.

Uma cultura está em crise quando possa ser essencialmente percebida numa lógica universal.

De facto, uma sociedade só pode encontrar o seu caminho, o seu projecto nacional de desenvolvimento se estiver em paz consigo própria.

Sente-se hoje isso, no fim do século XX, talvez mais do que nunca, como resguardo contra a massificação, carregada pelo desenvolvimento das comunicações, pela abundância dos meios de difusão das culturas e das imagens, com o seu cortejo de influências. O mundo moderno tem no seu bojo uma alienação ditada pelos tropismos dos polos mais ricos e fortes de cultura e de economia que vão progressivamente homogeneizando comportamentos.

Na trilha da integração de espaços cada vez mais largos, da «contração» do Mundo, da mobilidade dos homens, da influência das técnicas e das ciências, da permeabilidade dos sistemas e modas reage-se, naturalmente, exaltando o que é próprio, na valorização das culturas e das identidades. Para salvaguarda dos padrões e modos de vida específicos.

A história, ou talvez melhor, a percepção do destino carece de ser reabilitada. Vista naturalmente sob o ângulo correcto, que exclui as exacerbações de nacionalismos e hegemonias que esperamos para sempre ultrapassadas.

«As nações têm uma *alma* geral e uma verdadeira unidade moral que constitui o que elas verdadeiramente são.»

É por isso obrigação nossa que comecemos e enalteçamos os factos passados que constituem a alma da Nação. Os que são mais significativos para a compreensão do passado e sobre os quais se vai, sem rupturas, alicerçando o futuro.

É assim que a Assembleia representativa da Nação Portuguesa recebe hoje as mais altas individualidades do Estado, para, em conjunto, reflectir sobre os Descobrimientos, na data do 5.º Centenário da expedição de Bartolomeu Dias.

Importa que a Assembleia da República o faça, já que na sua expressão plural alcança todas as sensibilidades de pensamento, a totalidade do sentir do povo, as suas escolhas e idiossincrasias.

Impõe-se sempre que a Câmara se debruce sobre acontecimentos quer passados quer presentes. Por isso nos empenhamos na recordação do meio milénio do rasgar de novos conhecimentos, do alvorar das estradas de contacto entre os homens, da procura do saber planetário e de consciência de que é necessário unir os homens, levando-lhes, ou trazendo deles, os frutos da civilização.

Ao debruçarmo-nos sobre as acções do nosso povo e a sua participação e reflexos na história da Humanidade, cumpre encarar as navegações do passado, os Descobrimentos, a expansão com todo o seu cortejo de fenómenos sociais e políticos que as caracterizaram no contexto do Mundo do século XV e, se possível, com o espírito de um navegador do mar do futuro. Sem que, face às conquistas do passado, se nos tolde a visão e nos impeça de caminhar com firmeza rumo ao destino promissor que temos obrigação de construir, por maiores que sejam os obstáculos a vencer. Ainda mesmo que tenhamos de dobrar novos Cabos das Tormentas, transformados em Cabos da Boa Esperança.

Estamos aqui a estreitar as ligações do passado com o futuro. E não poderíamos ter escolhido melhor razão porque elegemos um acontecimento que é um referencial, que assume ... as características dos símbolos a partir dos quais a história se apreende e toma um valor e dinâmica que a tornam mais inteligível e fecunda.

De Bartolomeu Dias não se conhece o nome exacto, não dispomos de referências sobre onde e quando nasceu, ignoram-se os antecedentes familiares. Conhece-se bem o seu grande feito, a sua estatura como comandante da expedição. Mas está por desvendar a recompensa régia que mereceu, segundo os critérios da época. A sua esperança e coragem encontraram o fim doando a vida decifrando o mar.

Torna-se assim fácil sublimar o seu gesto e a sua obra, conduzindo-os à essência e à pureza das coisas. Cada português, de qualquer região ou estrato social, de qualquer idade se pode procurar rever em Bartolomeu Dias e projectar-se no seu heroísmo. A sua proeza é a vitória da coragem e da força do espírito sobre a materialidade. O caminho das suas caravelas é uma esteira de luz que sulca a história. Na expansão, recheada de agruras, manifestaram os Portugueses um querer forte e uma vontade decidida que se continuaria a manifestar, ao longo dos séculos, pelo povo em diáspora.

O grau de despersonalização que rodeia a descoberta do caminho marítimo para o Índico empresta-lhe o cunho dos mitos com que se alimentam as gestas nacionais. Ficam em foco os acontecimentos que perduram, que ficam para além dos tempos, tornando-se imperecíveis. Sem embargo da figura de Bartolomeu Dias estamos perante uma daquelas situações em que se podem «esquecer os homens para louvar os deuses».

O evento que hoje comemoramos é um passo fundamental na empresa dos Descobrimentos.

Os progressos feitos até então pelos navegadores mereceram sem dúvida todo o realce. Foram eles mesmos que criaram as condições para a dobragem do Cabo. A exploração, passo a passo, da costa ocidental de África, representa, apesar de tudo, a continuidade de uma geografia e concepção ptolomaica do Universo.

Bem, pelo contrário, a viagem de Bartolomeu Dias corresponde a uma ruptura que marca o progresso. É um daqueles saltos qualitativos que assinalam a história.

A fortuna quis mesmo que esse salto se desse com características particulares que melhor o evidenciam.

Abandonando a costa, continuando rumo ao sul, Bartolomeu Dias desceu até ao paralelo 45 para que no regresso, após aqueles treze dias de voltas ao mar, as suas naus viessem demandar a terra rumo leste, aportando a 3 de Fevereiro na Angra de São Brás, já bem no interior do oceano Índico. É assim possível datar o facto que iria trazer consigo profundas consequências nos movimentos culturais, intelectuais e económicos no século XVI e fomentar e ditar todo um conjunto de novos avanços.

Nos termos em que decorreram os Descobrimentos portugueses opera-se uma mudança e inovação no seio da Humanidade, envolvendo todos os seus sectores. Os Descobrimentos provocam no País e no Mundo um forte abalo da mais diversa índole. A história traçada pelos Portugueses vai influenciar, decididamente, a da Humanidade.

Entre nós faz-se o enriquecimento da língua e da cultura portuguesas.

Floresce a arte, que também não escapa à influência dos Descobrimentos. Há um renascimento nas letras, multiplicando-se os livros e as crónicas, que circulam no original ou na tradução na Europa de então, dando a conhecer o achamento de novos mundos, o modo de vida de outras populações, uma fauna e uma flora até então ignoradas.

Renova-se a ciência que se aperfeiçoa com novos métodos e técnicas.

No que se refere à exploração do Universo, os séculos XV e XVI dos Portugueses são um período áureo que só viria a ter paralelo já na segunda metade do nosso século, com o advento da astronáutica.

A Assembleia da República, ao assinalar este acontecimento com uma sessão solene, cumpre ainda uma outra das suas responsabilidades: ajudar a que os actos do passado tenham a projecção devida e de forma correcta.

O engenho dos Portugueses de Quinhentos é, pela sua importância e relevo, também património de toda a Humanidade, como aliás o são todos os percursos e obras essenciais.

No entanto, apesar de conscientemente o partilharmos, mal iríamos se não permanecêssemos os garantes da sua pureza e importância.

Não podia passar sem reparo a estropiação gráfica do nome de Bartolomeu Dias, já que em obra de âmbito internacional, que se pretende de referência, não houve o cuidado suficiente de distinguir entre o *s* e o *z*, o que permite criar suspeitas de outra nacionalidade, para já não falar de uma inaceitável adaptação do seu nome próprio.

Não podemos dar-nos por satisfeitos que tal acontecimento possa ser utilizado «para interpretar o passado à luz de conceitos modernos» que nos sejam inteiramente estranhos, e mais ainda, quando eles possam ferir a nossa alma ecuménica e sejam hostis à maneira profunda do sentir do povo português.

A Assembleia da República, ao conceber esta sessão solene, primeira de entre outras, espera também dar o seu contributo para o respeito pela verdade da história. Para ajudar a projectar os acontecimentos maiores, dentro de nós e fora de nós, pois que o «projecto» de um país não pode ser realizado apenas sob o ponto de vista nacional.

Sr. Presidente da República, Excelências: Os acontecimentos e gestas de um povo não podem restar como referências passivas, que certamente nos orgulhamos, mas devemos retirar deles os ensinamentos para a evolução das sociedades de hoje.

Particularmente agora, impõe-se que meditemos nas nossas raízes, regressados ao espaço europeu, a uma nação una e culturalmente homogénea. Comunitária sem deixar de ter bem presente a sua influência no Mundo, e de modo muito especial o da fala portuguesa, indispensável no xadrez político internacional.

A passagem da Idade Média para os tempos modernos ficou assinalada por transformações profundas nos domínios do pensamento e da acção.

Encontramos hoje uma situação que tem muito de semelhante, numa nova transição de era, que alguns apelidam de pós-industrial e outros de pós-moderna. Em qualquer caso, uma transição para um futuro ainda indefinido, um futuro

«pós», embora já suficientemente delincado para nos apercebermos dos seus grandes contornos.

No passado, não faltaram os que, fixados no Restelo, suspirando pelo Portugal velho, abertamente culpavam os Descobrimentos e a expansão como geradores de situações negativas e injustas para o Povo Português. Enquanto que outros, aguçando a arte e o engenho, tentavam descobrir remédio para os males que nos batiam à porta, sem prejudicar a ânsia do movimento renovador.

No passado, uns proclamavam que a «experiência é a mãe de todas as coisas» e compreendiam que as descobertas iam revolucionar a ciência e a cultura e que nelas se alicerçava um autêntico progresso.

Outros apegavam-se ao humanismo clássico, prestes a sofrer golpe final e com algum escárnio lançavam a condenação irremediável, supostamente definitiva e destruidora, referindo-se a Pedro Nunes que «[...] com o título de cosmógrafo come salário de rei».

Só que a chama vivificante nunca se perdeu. Ficou, apesar de nem sempre termos sido nós os que sabemos tirar dos Descobrimentos todas as consequências. Tem havido tantos que bem compreendem a necessidade de pôr de lado os receios dos passos em diante que, sem embargo de correcções e ajustamentos, são o só caminho em frente, o que garante o progresso e o bem-estar.

Também hoje devemos estar possuídos do orgulho e de uma vontade, não inferior à dos marinheiros de Quinhentos, para continuar a perpetuar Portugal pelos caminhos da honra, do progresso e da liberdade. Em paz.

Não somos um país desprovido. Pelo contrário, a nossa identidade nacional, o património comum que herdamos dos que construíram e consolidaram a Nação, a nossa vontade colectiva de povo livre e consciente do seu passado e do seu destino, constituem segura garantia de que também nós e os nossos filhos saberemos honrar o passado e fabricar o futuro.

Ao prestar homenagem ao navegador português, simbolizado em Bartolomeu Dias, não poderia encontrar outra forma de terminar do que recorrer ao poeta:

Cumpriu-se o mar;
Saibamos cumprir Portugal.

Aplausos gerais.

Por direito próprio tem a palavra S. Ex.^a o Presidente da República.

O Sr. Presidente da República: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Srs. Embaixadores, minhas Senhoras e meus Senhores: As minhas primeiras palavras são para saudar vivamente a decisão da Assembleia da República de comemorar, em acto solene, os 500 anos da viagem de Bartolomeu Dias e o feito histórico da passagem do Cabo da Boa Esperança, ao mesmo tempo que agradeço, muito penhorado, o honroso convite que me dirigiram para presidir a esta sessão comemorativa e nela usar da palavra.

As comemorações dos grandes Descobrimentos portugueses, que decorrerão até ao fim do século, têm de constituir um acontecimento de autêntico sentido nacional, que una e mobilize todos os portugueses, pois a gesta de Quinhentos é património de todo o povo, que assim se revê e inspira no exemplo memorável dos seus antepassados.

O Parlamento, centro vital da democracia portuguesa, onde estão representados os Portugueses na pluralidade das suas ideias, opiniões e escolhas políticas, é um lugar pri-

vilegiado para sublimar o significado nacional dessas comemorações e o espírito de unidade que as deve nortear.

E também será apropriado aqui salientar que elas se devem fundar numa ampla e aberta visão prospectiva da história, recusando o passadismo, o chauvinismo anacrónico e a retórica vã.

A afirmação de um povo e dos seus actos valorosos não carece de ser feita contra outros povos. Importa, sim, trabalhar para ampliarmos o conhecimento universal da importância ímpar da nossa epopeia marítima, que terá de se tornar — pois essa é a verdade — um facto assente e indiscutível para todas as nações.

No memorial dos grandes Descobrimentos portugueses a viagem de Bartolomeu Dias constitui um marco de grande significado e alcance. A passagem das caravelas portuguesas pelo extremo austral da África representa, simultaneamente, um termo e um começo, uma resposta e uma interrogação.

Consequência e fruto das viagens anteriores por mar e por terra de sucessivas gerações, entre as quais merecem realce as de Gil Eanes, Lopo Gonçalves e Diogo Cão, por um lado, e de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, por outro, a passagem do Cabo da Boa Esperança representa o culminar de uma empresa sabiamente delineada e ousadamente executada ao longo do século XV, graças ao impulso esclarecido do infante D. Henrique e à persistência e orientação estratégica de D. João II, que souberam e conseguiram a mobilização colectiva de todo um povo para a aventura de descobrir dois terços do mundo desconhecido. Essa mobilização só foi possível, aliás, em consequência da profunda consciência nacional e democrática que emergiu da primeira revolução burguesa europeia que ocorreu em Portugal nos finais do século XIV.

Durante o século de ouro das navegações, foram postas em causa concepções milenárias, revolucionando-se por completo a ideia que os homens tinham do mundo e da humanidade.

O sucesso deste plano, com objectivos bem determinados, só foi possível pela vitória do espírito crítico, experimental e científico sobre o dogmatismo e o fanatismo.

Os conhecimentos obtidos durante as viagens dos navegadores portugueses — o tal «saber de experiências feito» de que falava Duarte Pacheco Pereira — levaram ao fim de um mundo velho e ao nascimento de um mundo novo.

Foram os marinheiros portugueses, como todos sabemos, que demonstraram que a terra não era plana, mas esférica, que revelaram a existência de antípodas e que provaram que no hemisfério sul havia terra firme. Com o feito de Bartolomeu Dias foi posta definitivamente em causa a teoria de Ptolomeu de que as terras envolviam os mares e de que os oceanos Atlântico e Índico eram lagos incomunicáveis.

Toda esta revolucionária mudança na maneira de pensar e viver foi obra de portugueses como nós. Nada ficou como dantes.

É esse o significado das palavras do grande Pedro Nunes quando diz que os nossos antepassados, para além de terem descoberto novas ilhas, novas terras, novos mares e novos povos, descobriram sobretudo novos céus e novas estrelas.

Mas a chegada dos Portugueses ao Índico é o início de uma etapa que nos levaria à Índia por mar, acontecimento que mudaria radicalmente as relações geo-políticas, comerciais e culturais vigentes durante séculos.

No seu aspecto mais profundo, a viagem de Bartolomeu Dias — o «dobrar do Assombro», como disse Fernando Pessoa — representou a vitória da vontade contra o fatalismo, da razão contra as superstições, do conhecimento contra o preconceito.

Ao fundarem a era moderna da história humana, os Descobrimentos portugueses não só deram novos mundos ao mundo, não apenas mudaram revolucionariamente as concepções prevalecentes e transformaram o modo de olhar e entender a geografia, a astronomia, a medicina, a botânica, a zoologia, as artes, a literatura. Criaram um novo espírito e uma atitude nova perante o mundo, a vida, o ser humano, o conhecimento e inauguraram uma nova era sobre a Terra.

É esta a lição imperecível que se mantém actual no nosso tempo.

Portugueses deste final do milénio, temos de saber, à semelhança dos nossos compatriotas de Quinhentos, compreender os desafios dos novos tempos — e agir. A aventura que hoje nos faz apelo é a da nossa participação empenhada e criativa na prodigiosa revolução científica e tecnológica que está a mudar a face da terra e as condições de vida dos homens, ao mesmo tempo que já partiu para a descoberta no silêncio do espaço, de novos caminhos planetários.

As comemorações dos grandes Descobrimentos portugueses terão de constituir uma oportunidade única para unir e mobilizar os Portugueses em torno da exaltante ideia da modernidade.

Nos anos que temos pela frente é nosso dever realizar obra que permaneça. Dando condições aos cientistas e investigadores para trabalharem, tomando disponíveis os testemunhos históricos, bibliográficos e iconográficos, da nossa epopeia marítima, publicando novos estudos e novas interpretações do passado histórico, dando voz e oportunidade aos homens de cultura, apostando nos jovens, sobretudo nos jovens, na sua energia criadora, desassombro de ideias e capacidade inovadora.

Portugal, ao comemorar os cinco séculos dos seus grandes Descobrimentos, não necessita, como sucedeu num passado recente, de esconder num nacionalismo retórico e agressivo o seu isolamento do exterior. Tem uma voz ouvida hoje e respeitada no mundo, é membro de uma comunidade de progresso e liberdade. Retomou a sua melhor tradição de universalismo e de fraternidade.

Tem, pois, de saber aproveitar esta situação privilegiada para mostrar ao mundo o exemplo de modernidade que os Descobrimentos encerram e de que os Portugueses de hoje são legítimos herdeiros.

Com uma identidade histórica e cultural riquíssima, multissecular e verdadeiramente invulgar, Portugal sabe de onde vem e para onde quer ir. Não há tempo a perder.

A singularidade do génio português terá de ser retomada na construção, inadiável, de um país desenvolvido e moderno, aberto à inovação e activo participante no mundo novo que o terceiro milénio nos anuncia. É, para tanto, necessário, como tenho dito, fazer renascer nos Portugueses, particularmente nos jovens, a consciência e o orgulho de uma grande ambição nacional.

Só assim estas comemorações constituirão uma renovada afirmação de Portugal e alcançarão o seu desígnio essencial: celebrar o passado com sentido do futuro, de modo a que se cumpra no presente o destino grandioso de um povo que há cinco séculos, com coragem, sabedoria, esforço e espírito pioneiro, soube estar na vanguarda da aventura humana, realizando uma obra de valor universal.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados declaro encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Dinah Serrão Alhandra.
Fernando José R. Roque Correia Afonso.
Fernando Monteiro do Amaral.
Licínio Moreira da Silva.
Manuel Joaquim Batista Cardoso.
Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
Vitor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Jorge Fernando Branco Sampaio.
José Carlos P. Basto da Mota Torres.

Partido Comunista Português (PCP):

João António Gonçalves do Amaral.
José Manuel Maia Nunes de Almeida.

Centro Democrático Social (CDS):

Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro Cordeiro Dâmaso.
António Costa de A. de Sousa Lara.
Carlos Manuel Sousa Encarnação.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Domingos Duarte Lima.
Flausino José Pereira da Silva.
Gilberto Parca Madail.
João Costa da Silva.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
José Pereira Lopes.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Luís Manuel Costa Geraldès.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Joaquim Dias Loureiro.
Maria Manuela Aguiar Moreira.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Mário Júlio Montalvão Machado.

Partido Socialista (PS):

António José Sanches Esteves.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
João Barroso Soares.
João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
José Florêncio B. Castel Branco.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Torres Couto.

Vítor Manuel Caio Roque.
Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Campos Rodrigues Costa.
Domingos Abrantes Ferreira.
Maria Odete Santos.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Partido Renovador Democrático (PRD):
Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Centro Democrático Social (CDS):
Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.
José Luís Nogueira de Brito.

A REDACTORA, *Maria Leonor Ferreira.*



DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 4\$; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 64\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex